

**Rodson Oldani Casanova**

**“O RAP É COMPROMISSO”: ARTE E SERVIÇO SOCIAL COMO  
ESTRATÉGIA PARA A SAÚDE MENTAL DA JUVENTUDE**

**Santa Maria, RS**

**2017**

Rodson Oldani Casanova

**“O RAP É COMPROMISSO”:** ARTE E SERVIÇO SOCIAL COMO  
ESTRATÉGIA PARA A SAÚDE MENTAL DA JUVENTUDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social** do Curso de Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Kologeski Fraga.

**Santa Maria/RS**

**2017**

Rodson Oldani Casanova

**“O RAP É COMPROMISSO”: ARTE E SERVIÇO SOCIAL COMO  
ESTRATÉGIA PARA A SAÚDE MENTAL DA JUVENTUDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de grau de **Bacharel em Serviço Social**.

**Aprovado em 15 de dezembro de 2017:**

---

**Cristina Kologeski Fraga, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)  
(Orientadora)**

---

**Fábio Jardel Gaviragui, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS

2017

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer e dedicar este trabalho aos meus pais e companheiros Edson e Rosani, que nunca mediram esforços para contribuir com minha formação em todos os âmbitos da vida. São exemplos do *homem novo* que os revolucionários cubanos buscavam construir, ou a expressão do que Paulo Freire defendia para a emancipação das pessoas: que nossa fala seja nossa prática.

Agradeço também à minha tia e madrinha Beta, que com seu amor e carinho de educadora fez e faz todos os esforços para ver seus sobrinhos felizes.

Um salve especial à minha irmã Janaína, estudante, trabalhadora e, novamente estudante, mostrando que o *flow* da vida é uma espiral contínua de aprendizados e superações.

Gratidão especial a todos os amigos e todas as amigas que passaram por essa existência ou ainda me acompanha numa recíproca energética que me ajudou e me ajuda a manter essa cabeça ainda um tanto saldável. Se eu fosse citar os nomes, faltaria papel no local de impressão deste documento, então cada um sabe o lugar que tem no meu peito e na minha alma.

Agradeço também a intransigência de colegas de turmas do Serviço Social que fiz parte, pois não me aguentavam mais me ver na Universidade e me empurraram para fora do abismo psicológico de ficar mais um ano sem concluir a graduação. Agora estou aqui!

Professores e trabalhadores em educação que constroem o Curso de Serviço Social da UFSM, sem vocês nosso curso não teria o sucesso que têm hoje, sendo reconhecido nacionalmente e formando profissionais que com certeza serão referência num breve futuro.

Por fim, agradeço à oportunidade de conhecer esse curso e poder espalhar suas ideias e intenções a muitas pessoas que, desta forma, o conheceram e que vão fazer a diferença no amanhã.

*Digo: o real não está na saída nem  
na chegada: ele se dispõe para a  
gente é no meio da travessia.*  
João Guimarães Rosa

## RESUMO

### **“O RAP É COMPROMISSO”: ARTE E SERVIÇO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A SAÚDE MENTAL DA JUVENTUDE**

AUTOR: Rodson Oldani Casanova

ORIENTADORA: Cristina Kologeski Fraga

Diante das metamorfoses da dinâmica capitalista e suas expressões da Questão Social, buscaremos descrever como o Serviço Social deve se instrumentalizar com alternativas e ferramentas dialógicas com o universo do usuário da saúde mental. A arte é uma expressão da realidade que tem um potencial enorme para servir como instrumento de ação e reflexão com jovens usuários da saúde mental, e a música Rap, gênero da cultura Hip Hop, pode ser o elo mediador para podermos discutir e propor direitos sociais, políticas públicas e o direito à cidade. Com uma linguagem direta e politizada que o Rap se construiu, ele também serve como narrador e projetor consciente das questões subjetivas que, fruto da estrutura material da sociedade, aflige os jovens que buscam a fuga no álcool e outras drogas. Diante desses elementos que rodeavam o universo do campo de estágio, discorreremos, a partir das categorias juventude, arte e Rap, sobre o processo de estágio curricular obrigatório que proporcionou construir oficinas audiovisuais sobre a música Rap com os jovens internos na Unidade Psiquiátrica do Hospital Casa de Saúde, em Santa Maria – RS.

Palavras-chave: Saúde Mental; Arte; Juventude; Rap.

## **ABSTRACT**

### **“RAP IS COMMITMENT”: ART AND SOCIAL WORK AS A STRATEGY FOR MENTAL HEALTH OF YOUTH**

AUTHOR: Rodson Oldani Casanova

ADVISER: Cristina Kologeski Fraga

Faced with the metamorphoses of capitalist dynamics and their expressions of the Social Question, we will try to describe how Social Work should be instrumented with alternatives and dialogical tools with the universe of the mental health users. Art is an expression of reality that has enormous potential to serve as an instrument of action and reflection with young mental health users, and the Rap Music, a genre of Hip Hop culture, can be the mediating link for us to discuss and propose social rights, public policies and rights to the urban areas. With a direct and politicized language that Rap has built, it also serves as a narrator and conscious projector of subjective issues that, as a result of the material structure of society, afflicts young people that seek ways of escaping like alcohol and other drugs. Faced with these elements that surrounded the universe of the field of study, we will discuss, from the youth, art and Rap categories, the process of compulsory curricular traineeship that allowed the construction of audiovisual workshops on rap music with the hospitalized youngsters in the Psychiatric Unit of the Casa de Saúde Hospital Center, in Santa Maria - RS. Keywords: Mental Health; Art; Youth; Rap Music.

Keywords: Mental Health; Art; Youth; Rap Music.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 SAÚDE MENTAL.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Saúde Mental e a Reforma Psiquiátrica.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Arte e Saúde Mental na Juventude.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 Sobre a Juventude.....</b>	<b>19</b>
<b>3 SAÚDE MENTAL: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DE ESTÁGIO.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 A Unidade Psiquiátrica do Hospital Casa de Saúde.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 O Serviço Social na Unidade de Saúde Mental.....</b>	<b>27</b>
<b>4 O PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 O Rap Entra na Cena.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2 O Projeto de Intervenção “O Rap é Compromisso”.....</b>	<b>34</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Eu tenho algo a dizer  
E explicar pra você  
Mas não garanto, porém  
Que engraçado eu serei desta vez.  
(Racionais MC's)

Intervir em uma realidade concreta exige desvelarmos as especificidades que conformam a totalidade da realidade que nos deparamos. Para isso, devemos compreender as diferentes dimensões do cotidiano que é onde se expressa e pulsa a vida dos sujeitos que demandam direitos. Desta forma, é extremamente necessário que estejamos a par das manifestações estéticas que se gestam no território dos usuários do Serviço Social, pois se revela um fator que é parte da expressão da forma de como um determinado território se organiza<sup>1</sup>, pois segundo Kosik (2011) “toda obra de arte apresenta um duplo caráter em indissolúvel unidade: é expressão da realidade, mas ao mesmo tempo cria a realidade, uma realidade que não existe fora da obra ou antes da obra, mas precisamente apenas na obra” (p.128).

Por isso faz-se necessário que estejamos em sintonia com as expressões artísticas de um território, se quisermos ter efetividade no uso dos instrumentais que proporcionam adentrar em uma determinada realidade. Isso posto, e é necessário ter presente, com uma organização social cada vez mais complexa que vivemos, muitas vezes não acompanhamos essas mudanças e nossa intervenção acaba sendo prejudicada por não sabermos nos relacionar com um determinado grupo social, usando técnicas difusionistas em realidades completamente diferentes.

No presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (TCC), buscaremos compreender o universo complexo da juventude (ou *juventudes*), que é uma categoria geracional que acessa os serviços de saúde mental, como nas internações em unidades psiquiátricas devido à dependência de álcool e outras

---

<sup>1</sup> O método de investigação não deve partir da abstração pura. Optaremos neste trabalho por dar ênfase aos sujeitos e a classe social que são a força viva de um determinado território. Como nos ensinaram Marx & Engels (1969), “Ao considerar a economia política de um determinado país, começamos por sua população, sua divisão em classes, distribuída em cidade, campo e mar; os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e o consumo anual, os preços das mercadorias, etc (...). A população, por exemplo, se omito as classes que a constituem, é uma mera abstração” (p. 631).

drogas; e como poderemos intervir com este público tão diverso, mas também tão cheio de afinidades. Um público que historicamente foi criminalizado de diversas formas pelo Estado e pela sociedade, e que apenas recentemente conquistou direitos com o Estatuto da Juventude.

Para isso, buscaremos apresentar neste trabalho de conclusão de curso, como proposta de instrumental operativo, o uso das manifestações artísticas, especificamente o Rap, gênero musical da cultura Hip Hop, que compõem o universo de grande parte dos jovens usuários dos serviços de saúde mental: o jovem da periferia, desprovido de acessar bens materiais e simbólicos, com forte carga de estigma social, que, posto isso, parafraseando o grupo de Rap nacional Racionais MC's, os jovens têm algo a dizer e a explicar através da arte, nesse caso, expressada pelo Rap.

O período neoliberal que se iniciou com a década perdida no fim dos anos de 1980 até toda a década de 1990 desfragmentou a coesão social das periferias dos grandes centros industriais, que se gestaram com o êxodo rural durante a revolução verde no último período ditatorial do Brasil. Deste período, gestaram-se três fenômenos que eram saídas encontradas pela própria população da periferia para resistir à conjuntura: o Primeiro Comando da Capital (PCC), na grande São Paulo, as igrejas evangélicas e os coletivos artísticos, criando novos padrões éticos para adequar o fraco tecido social naquele contexto de crise.

Desta forma, este trabalho se propõe a compreender o sentido histórico atribuído à categoria juventude, pois “os sentidos têm a sua história” (KOSIK, 2011, p.134). A construção da política de saúde mental e seus desdobramentos, além de imergirmos no contexto histórico que possibilitou o surgimento do movimento Hip Hop e suas expressões artísticas, com ênfase no Rap, gênero musical que engloba outros elementos estéticos desta cultura, no qual nossa profissão pode contribuir com a efetivação de direitos e a construção de uma consciência universal dos sujeitos usuários dos serviços.

O presente TCC é oriundo do estágio curricular, que tem como objetivo ser um espaço onde nós, estudantes, a partir do movimento dialógico entre supervisores e o campo, possamos compreender os processos de atuação profissional, além de servir como um espaço singular para o encontro dos aportes teóricos e metodológicos com o exercício profissional. Também deve ser um espaço para solidificarmos nossa intencionalidade a partir do pilar ético-político que norteia a

profissão, ou seja, é um movimento dialético através do qual possamos dar um salto qualitativo na formação profissional. Segundo Buriolla (2001), “é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação construída, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente”. Observa-se, assim, a importância do ato de planejar e avaliar nossas ações no campo de estágio, em um movimento lógico e racional.

São dois os objetivos principais a serem alcançados nesse TCC: compreender o campo da saúde mental como um processo da saúde do usuário, frente às diversas expressões da questão social, como a violência<sup>2</sup> a que é submetido: violência sexual, dependência química, violência patrimonial (principalmente com idosos), dentre outras expressões, além disso, objetiva-se desvelar as nuances que percorrem os casos de tentativas de fortalecimento de vínculos familiares e referências institucionais, buscando compreender as redes da saúde e até que ponto há avanços e retrocessos.

Também buscamos compreender o processo de trabalho do Assistente Social dentro da saúde mental, o comprometimento com o projeto ético-político no fazer profissional e os aportes técnico-operativos para apreender e aproximar-se do processo de trabalho, e até que ponto ele é programático ou não, devido às possíveis falhas nas redes de saúde. A partir desses objetivos propostos e citados acima é que tecemos a construção da espinha dorsal do nosso TCC, sempre buscando um movimento de compreensão da arte articulada ao Serviço Social e de como essa, mais especificamente o Rap, pode ser uma estratégia para a Saúde Mental da juventude.

---

<sup>2</sup> Violência pode ser detectada quando se manifesta como uma espécie de privação, pois tira, destitui, despoja de alguma coisa fundamental, a realização humana. Todas as vezes que alguém se sente privado de algo sem nenhuma justificativa ou fundamentação é possível que esteja sendo vítima da violência. (ODÁLIA, 1983: P.86).

## 2 SAÚDE MENTAL

A arte é o pote do arco íris  
E uma gota de esperança deve existir  
Nunca joguei no modo easy  
Dos horrores da existência humana eu não desisti  
(Rodrigo Ogi)

Iniciaremos nosso percurso de análise apresentando uma contextualização do processo de construção da Saúde Mental no Brasil, bem como a importância da articulação entre saúde mental e arte, isso porque as expressões artísticas na sua diversidade podem contribuir como instrumental técnico operativo do Serviço Social, não no sentido terapêutico, que não é atribuição da profissão, mas no sentido de construir formas de discutir e apreender os direitos dos usuários. Desta forma, as expressões artísticas podem ser usadas de acordo com as afinidades que os usuários têm com as mesmas, pois elas são expressões do que se opera e se expressa no cotidiano, no seu território<sup>3</sup>, possibilitando que se enxergue e se reconheça nessas expressões. Por isso a necessidade de darmos uma centralidade para a arte nos espaços de saúde mental, pois pode ser o caminho que nos guia até o pote do arco-íris da emancipação humana.

### 2.1 Saúde Mental e a Reforma Psiquiátrica

Uma mente moderna, porém, mal-acabada  
É o ser humano, o egoísmo e uma draga  
Pátria amada, o que oferece aos teus filhos sofridos  
Dignidade ou jazigos?  
(Criolo)

A política de saúde mental, fruto do processo de Reforma Psiquiátrica ocorrido no Brasil na segunda metade dos anos de 1970, trouxe novas perspectivas para trabalhadores, usuários e familiares dos usuários dos serviços. Isto se deve à quebra de paradigmas no trato da questão, impulsionado pelo processo de redemocratização do país que fortalecia a mobilização político-social do período, ao mesmo tempo em que as bases de sustentação do regime militar se enfraqueciam

---

<sup>3</sup> Segundo KOSIK (2011), “nas concepções estruturalistas a ‘sociedade’ é aproximada da arte apenas exteriormente, como condicionante social, e não do interior, subjetivamente, à semelhança do seu criador, o homem social” (p.62).

com a crise econômica que se anunciava para a década de 1980, chamada de década perdida.

Desta forma foi que estudantes, professores universitários, setores populares e entidades de profissionais de saúde passaram a defender mudanças na saúde, culminando com a criação do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) em 1976 (FLEURY, 1997). Foi nesse contexto de transição política que a sociedade civil voltou a ocupar a arena política, proporcionando debates nos locais de trabalho e no território dos usuários, bem como utilizando metodologias participativas e horizontalizadas, onde o cidadão comum tinha voz. Nesse processo dialético, tanto os profissionais quanto os usuários iam se reconhecendo e agindo como sujeitos de transformação social.

Já em período democrático, este processo histórico-social atinge um novo patamar como síntese deste movimento. Foi na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que se organizaram as diretrizes programáticas que estruturavam o Sistema Único de Saúde (SUS), com descentralização de responsabilidades entre União, estados e municípios. Desta forma, com a Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, como traz o artigo 196 da Carta Magna.

Concomitantemente à Reforma Sanitária, no mesmo lastro de mobilização político-social no período de redemocratização, é que ocorre no Brasil a Reforma Psiquiátrica. Se antes tínhamos as casas de correções, que viam os loucos como problema e operavam tratamentos punitivos na lógica de “vigiar e punir” os “problemas de conduta” (FOUCAULT, 2011), ao mesmo tempo em que socialmente os loucos eram tratados de forma excludente, a Reforma Sanitária propunha uma nova ótica para a saúde mental, uma ótica que busque proporcionar aos usuários um olhar humano e um atendimento com dignidade, não mais os colocando nos porões e jazigos das casas de correção, como nos mostrou o filme brasileiro *Bicho de Sete Cabeças* (2000) de Laís Bodanzky.

No filme fica explícita a forma que a sociedade julgava e tratava qualquer pessoa que tinha formas de agir diferentemente da normatividade das regras sociais. O personagem Neto (Rodrigo Santoro) é considerado pelo pai um viciado em drogas, por ter sido encontrado um cigarro de maconha nos seus objetos pessoais. O fato levou o pai de Neto a interná-lo de forma involuntária em um manicômio, onde o protagonista passou por diversos tratamentos com métodos

violentos, até enlouquecer e sair da instituição sem nenhum acompanhamento médico ou psicológico.

Balizado em princípios humanistas e de superação da lógica punitivista, teve início no ano de 1978 a Reforma Psiquiátrica, a partir de denúncias de médicos psiquiatras aos abusos cometidos nas instituições, como maus tratos e violações de diferentes tipos nos hospitais psiquiátricos. Este movimento foi inspirado na experiência italiana liderada por Franco Basaglia, que tinha como concepção “quando dizemos não ao manicômio, estamos dizendo não à miséria do mundo e nos unimos a todas as pessoas que no mundo lutam por uma situação de emancipação” (BASAGLIA, 1982, p. 29). Esta concepção norteadora, por isso generalista, mostra o direcionamento ético e político do movimento, colocando o usuário como centralidade nos processos terapêuticos.

No que condiz às conquistas legais, com portarias e regulamentações à saúde mental, foi no ano de 2001 que o movimento, com suas lutas e reivindicações, conseguiu materializar a Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei nº 10.2016/01, que prevê a proteção das pessoas portadoras de sofrimento psíquico e a criação de um novo modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). Posteriormente, a Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, regulamenta os serviços que buscam substituir o modelo hospitalocêntrico para novas alternativas de atenção à saúde mental, com a criação dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), dos Núcleos de Atenção Psicossociais (NAPS) e das clínicas terapêuticas.

A abrangência que a questão da saúde mental conquista nesse processo se aproxima das concepções de saúde dos organismos nacionais e internacionais que tratam do tema. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua Constituição de 1946, entende a saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Para o Sistema Único de Saúde (SUS), em sentido amplo, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

Esta nova configuração de abordagem da saúde mental, considerando o usuário como um sujeito de direitos e não mais como um paciente “doente” mental -

bem como a concepção generalista de saúde que ultrapassa a ideia de um desajustamento, mas que a saúde deve ser compreendida como síntese de determinações de diversos âmbitos da vida social - trouxe novas demandas para os serviços, visto que a intervenção deve buscar a integralidade que compreende a vida do usuário.

É desta forma que o Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, atua como parte constituinte deste processo intersetorial, que abrange as áreas específicas que, juntas, buscam abarcar as dimensões que interferem na saúde dos usuários. Imerso neste contexto de participante da reprodução das relações sociais<sup>4</sup>, no campo mediador da contradição entre capital e trabalho:

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas públicas e privadas, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do assistente social, pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado ou da empresa. De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de estudos sociais. O Serviço Social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado (IAMAMOTO, 2008, p. 357).

Nesse contexto do lugar que a profissão ocupa na divisão sócio técnica do trabalho, faz-se necessário que tenhamos um projeto profissional<sup>5</sup> que busque dar conta das limitações institucionais que implicam em uma relativa autonomia, que busque mediar a contraposição entre o capital e o trabalho num sentido que defenda os interesses dos usuários. Desta forma, o projeto profissional:

Apresenta a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formula os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais

---

<sup>4</sup> [...] a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 72).

<sup>5</sup> O Código de Ética do assistente social reconhece a liberdade como centro desse projeto, “uma liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

privadas e públicas (dentre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 1999, p.95)

Ressaltamos que cada profissão resguarda suas atribuições específicas, atuando nos limites impostos pelas leis de regulamentação das profissões, mas que, com a contribuição dessas áreas, é possível construir as abordagens necessárias para cada situação particular.

## **2.2 Arte e Saúde Mental na Juventude**

O jovem que adentra na rede de saúde mental está exposto às múltiplas formas de violência, tanto como receptor como também um agente da mesma, violência esta que, em muitos casos, pode ser considerada expressão trágica de necessidades não atendidas (ROSENBERG, 2006).

Essa incorporação negativa a qual é atribuída à sua existência, absorvida subjetivamente pelo usuário, o faz estar no que Goffman (2008) chama de estigma. As repercussões da estigmatização caracterizam-se em sociais e afetivas, tais como: desqualificação e inferiorização social, expectativa social de incompetência e insucesso – profecia do fracasso, autodepreciação – auto-ódio e autorrejeição, internalização da incompetência e do insucesso – autoprofecia do fracasso.

Este processo de autodepreciação dos sujeitos influi e reforça o seu processo de exclusão social, pois altera a sua postura frente à sociedade, onde o usuário pode se resignar com essa condição ou se rebelar em forma de violência. O estigma ainda gera invisibilidade, que também é sinônimo de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor, constituindo no jovem uma identidade (SOARES, 2007).

Esses valores depreciativos direcionados à juventude tiveram narrativas que se metamorfosearam durante a história, reproduzidas de forma semiologizada através de métodos que incorporaram no imaginário do senso comum uma psicologização perigosa dos setores considerados improdutivos ao capitalismo. Porém sabemos que toda propagação de ideias hegemônicas tem uma origem comum: as classes dominantes que detêm o poder dos aparelhos de Estado, como sugere Marx (2008), que “[...] as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias



dominantes [...]. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual [...]" (p.78).

Desta forma, a partir desses lugares comuns se criaram e se propagaram narrativas de criminalização como uma tendência universal, secundarizando as discussões que realmente interessavam ao segmento da juventude, que são seus direitos humanos, e construindo os seus "direitos" a partir do viés do jovem problema\risco.

Para buscarmos superar tal condição, a arte pode ser uma das formas de promovermos reflexão, diálogo e integração, quando esta não está deslocada da bagagem histórica e social dos usuários. A falsa noção de que o meio em que os indivíduos vivem é a causa natural dos problemas enfrentados pelos jovens leva para um viés positivista de causa (periferia) e efeito (criminalidade), desconsiderando as múltiplas relações e determinações da sociedade e tornando a encobrir o real, assumindo análises reificadas e fetichizantes referentes às investigações das demandas sociais. Segundo Kosik (2011):

Para o materialismo a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social. A realidade social não é conhecida como totalidade concreta se o homem no âmbito da totalidade é considerado apenas e sobretudo como objeto e na práxis histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como sujeito (p.53).

Deste modo, não será afastando o jovem do seu território e incorporando alternativas de forma pouco participativa e que não encontram afinidade com o meio inserido, meio este que também é expressão de resistência<sup>6</sup> à situação de exclusão, que teremos o mínimo de coerência no fazer profissional.

Nesta concepção, a resistência passa também por criação de valores contra hegemônicos, produzindo uma cultura própria e possibilitando o fortalecimento da identidade, podendo assim potencializar seu *ser social* através da resignificação. Ou seja, o processo é dialético, pois permite a criação e a difusão de valores e a tomada de consciência a partir da cultura formada no próprio território e da sua

---

<sup>6</sup> Segundo Yamamoto, "questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem" (1997, p. 14).

vivência, justificando a ideia de que o “local interpreta, assimila e reinventa o global” (GUIMARÃES; 2009).

Portanto, todo objeto representado pela arte traz consigo uma significação social e com isso, humana. Ao refletir uma determinada realidade concreta, a arte ou o artista nos leva a penetrar na realidade humana. Assim sendo, a arte como conhecimento da realidade pode nos revelar um pedaço do real, não em sua essência objetiva, que é atribuição da ciência, mas em sua relação com a essência humana<sup>7</sup> (VASQUEZ, 1978). E nesta criação da realidade social objetiva o homem cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, realizando o infinito processo da “humanização do homem” (KOSIK 2011). Isto porque, em nossa perspectiva crítica, a arte nos traz a possibilidade de questionarmos verdades enraizadas nas relações que se operam no cotidiano, podendo exercer ações transformadoras na sociedade.

A arte por si só não humaniza a vida: porém quando se tem a necessidade de humanizar a própria vida e dos demais, e também de outros níveis – nível político, moral, ético – a arte proporciona um parâmetro e cumpre a função de apoio sentimental e intelectual para operar a transformação (HELLER, 1994, p. 203).

O Rap narra o vivido, invocando valores e atribuindo significados ao cotidiano, com objetivo de ser ferramenta de resistência às condições que o Estado (ou a falta dele) impõe ao povo da periferia.

A partir do momento que o lugar de fala do marginalizado também é o seu lugar de vivência, sua reivindicação ganha força material, e este lugar se processa e se vive no cotidiano. Ou seja, “cotidiano enquanto lugar de resistência, base desde onde se gesta um projeto autônomo das classes subalternas, livres dos discursos elitistas conformados e institucionalizados em agências que lhes são exteriores” (SADER, 1988). Esta negação das agências exteriores, como o Estado, está presente na formação do movimento Hip Hop no Brasil, bem como os outros movimentos de resistência que surgiram a partir do esgotamento do período ditatorial, influenciados, na sua grande maioria, pela teoria estruturalista de Althusser, que superestimava os aparelhos do Estado como condicionante total da vida social.

---

<sup>7</sup> Para Marx (1982) “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (p. 2).

Toda arte que propõe o novo é carregada de traços culturais do passado, como lei do movimento da história. A própria estética marxista compreendeu isso, quando reconheceu a importante contribuição de parte da literatura e da arte burguesa que teriam validade universal.

Marx afirmava que os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, pois estes traços do passado se refletem numa superestrutura que também determina o social. Por isso que, “ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam” (SADER, 1988).

Desta forma, devemos tomar a arte como uma das dimensões da vida humana que se constrói na práxis cotidianamente, possibilitando o surgimento de uma nova cultura, uma nova assimilação e, assim, um novo agir no mundo, buscando nossa emancipação humana que virá somente conjuntamente e após a emancipação econômica.

### **2.3 Sobre a Juventude**

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério  
O jovem no Brasil nunca é levado a sério  
Sempre quis falar, nunca tive chance  
Tudo o que eu queria estava fora do meu alcance.  
(Charlie Brown Jr.)

Partimos do pressuposto de que o jovem é um sujeito de direitos e vem a enfrentar preconceitos a partir da visão construída da categoria juventude como problema/risco. Ao propor como público-alvo o projeto de estágio em Serviço Social e, posteriormente como proposta de TCC o segmento juventude, não podemos cair em generalização e homogeneização desta categoria social.

Um dos principais recortes que diferenciam os jovens na contemporaneidade é o de classe social e, ainda, a cor da pele, o sexo e o local de moradia são condicionantes para a situação que vive a juventude brasileira. Desta forma torna-se necessário apreendermos este segmento populacional não como juventude, e sim *juventudes*:

É uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. Por essa linha, torna-se cada vez mais corriqueiro o emprego do termo “juventudes”, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas sim de apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2008)

A ideia teoricamente consolidada na contemporaneidade de que a juventude é uma construção social e cultural é trazida inicialmente por Bourdieu (1983) ao abordar a sua concepção de juventude. Para ele, as divisões entre as idades se dão de forma arbitrária, onde sempre seremos o jovem ou o velho de alguém. Desta forma, as relações entre idade biológica e social seriam muito complexas, e que se dariam neste campo de manipulação entre os atores geracionais.

Durante as décadas que se passaram a partir dos anos de 1950, a juventude passou a ser vista com um olhar mais atento por parte do Estado. Desta forma, passa a ter aspecto por parte do Estado como segmento em potencial que poderia ameaçar a ordem antidemocrática estabelecida com o golpe civil-militar de 1964. O cerceamento das liberdades civis traz à tona para o Estado uma juventude ameaçadora da ordem social estabelecida, visto seu amplo engajamento nas reivindicações coletivas, no plano político, cultural e moral (ABRAMO, 2005).

Também precisamos compreender a intencionalidade desta preocupação por parte dos setores dirigentes do Estado, que assimilava como preocupante à ordem a extensão dos acontecimentos de relevância mundial que ocorriam na segunda metade dos anos de 1960, como os movimentos de juventude pautando liberdades civis e participação política nos famosos movimentos de maio de 1968 na França e que influenciaram jovens de forma massiva por todo o mundo.

A característica contestatória se estendeu durante todo o período ditatorial, sendo assimilada positivamente como uma geração idealista, altruísta, criativa e que ousou sonhar outro mundo possível. Desta forma, a utopia e o idealismo se tornaram quase essenciais para conceituar a juventude (ABRAMO, 2005). Lembremos que os grupos de guerrilha que resistiram à ditadura eram compostos por maioria de jovens, muitos inspirados na moral e na ética humanista da revolução cubana e das guerrilhas de libertação nacional.

A partir da década de 1980 a tese da juventude revolucionária e utópica deu lugar ao conceito de que a categoria portava certo grau de apatia política (ABRAMO,

2005). Com a queda da ditadura, principal inimigo do período anterior, a juventude passa a usufruir das liberdades democráticas, e neste lastro de abertura veio também a liberdade política, sexual, cultural e intelectual, que contribuíram para a nova conceituação a partir de novas representatividades.

Nos anos de 1990 o Estado brasileiro passou a reconhecer a categoria juventude como sujeito de direitos. Isso se deu devido ao crescimento populacional mundialmente no número de jovens, que passaram a ser maioria geracional em comparação com as outras etapas da vida. Destarte que, para o Estado, os jovens ainda continuaram a estar na condição de problema-risco em todos os períodos anteriormente percorridos e que, com este *boom* demográfico, necessitava-se de uma maior intervenção estatal para também disputar os caminhos da juventude.

Foi a partir do primeiro governo Lula, no ano de 2003, que a pauta da juventude ganhou efervescência na cena política para a garantia de direitos. Este processo se deu com ampla participação de jovens organizados em sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, a fim de construir uma agenda para o segmento e garantir na carta magna as disposições que discorrem sobre a juventude. Desta forma, foi criada em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que é ligada à Secretaria Geral da Presidência da República, com tarefa de coordenar e articular as políticas.

O ápice deste processo se deu no ano de 2013 com a criação do Estatuto da Juventude, sob a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Os princípios que regem o Estatuto buscam abarcar todos os âmbitos da vida, e estão contidos no Artigo 2º:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Estatuto da Juventude, PLC 098/2011).

As cessões do Estatuto da Juventude versam sobre direito à cidadania, participação social e política; direito à educação; à profissionalização, trabalho e

renda; direito à diversidade e igualdade; direito à cultura, dentre outros dispositivos que englobam todas as dimensões da condição juvenil.

É importante lembrarmos que o Estatuto da Juventude compõe o Sistema Nacional de Juventude e não elimina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ambas as leis são entendidas como complementares para garantir os direitos de meninos e meninas de 15 a 18 anos, como afirma o artigo 1º do Estatuto da Juventude, que “aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos aplica-se a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e, excepcionalmente, este Estatuto [da Juventude], quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente” (Estatuto da Juventude, PLC 098/2011).

Na sociedade de consumo em que vivemos é normal atribuir o jovem ao consumo, principalmente quando este segmento se tornou a maior oferta de mão-de-obra do país, bem como a falsa ideia do surgimento de uma nova classe média que ascendeu com o aceso ao crédito facilitado. Porém sabemos que é residual o número de jovens com capacidade de consumir todos os produtos que lhe são ofertados, mas a imagem do jovem empreendedor e com poder de consumo é generalizada a todas as classes sociais por meio da propaganda. Esta possibilidade colocada pela propaganda, porém negada pela impossibilidade material da vida real, acaba aumentando a violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo (KEHL, 2007). Segundo o IBGE:

A realidade é ainda mais cruel com os jovens brasileiros que vivem nas famílias mais pobres. Enquanto 81,6% dos que não possuem renda familiar ou recebem até um quarto de salário mínimo per capita estudam, 87,8% dos que ganham um salário mínimo ou mais por pessoa da família estão matriculadas nas redes de ensino. É na Região Sul que a situação dos adolescentes é pior: 17,8% dos brasileiros com idade entre 15 e 17 anos estão fora da escola (IBGE, 2012).

Se considerarmos apenas os jovens inseridos no sistema educacional, os dados sobre o consumo de álcool por estudantes brasileiros do 9º ano aumentaram em relação aos dados de 2012 na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, publicada pelo IBGE em 2016 referente ao ano de 2015. A pesquisa também classificou o uso de outras drogas por parte dos estudantes. Segundo os resultados, o percentual de jovens que já experimentaram bebidas alcoólicas subiu de 50,3%, em 2012, para 55,5% em 2015; já a taxa dos que usaram drogas ilícitas aumentou

de 7,3% para 9% no mesmo período. Também aumentou o número dos que relataram a prática de sexo sem o uso de preservativos, de 24,7%, para 33,8%. Num recorte regional, a região Sul apresenta o maior índice de jovens que atestam já ter experimentado álcool: o índice é de 65,9%.

Quanto aos índices de violência, foi lançado neste ano O Atlas da Violência 2017, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o Atlas, mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014. Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população.

Quanto ao recorte étnico-racial, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

Essas informações demonstram que o Estatuto da Juventude precisa defender e reafirmar a necessidade da ampliação, construção e acessibilidade das políticas para a juventude que abarquem as múltiplas interfaces do segmento, que possibilite de viver e experimentar esta etapa da vida com segurança e qualidade de vida. Desta forma, os jovens são colocados à margem da sociedade por serem considerados como em fase de transição geracional e, portanto, sem condições de tomarem decisões ou terem gerência e autonomia nos rumos de suas vidas. Soma-se a isto a criminalização dos jovens usuários de crack e maconha, principalmente, devido à narrativa estigmatizante dos grandes meios de comunicação, pintando uma caricatura de juventude como perigo social:

As condições de exclusão de numerosos setores jovens da população urbana, que já haviam garantido o sucesso do crack nas grandes metrópoles norte-americanas, produziram efeitos análogos no Brasil. Atualmente, a maior parte dos “craqueiros” conhecidos é proveniente das camadas mais desprivilegiadas da população. Isso não significa que não haja usuários de outras classes sociais, mas, além de menos numerosos, estes conseguem utilizar suas condições de classe para garantir maior discricção às suas práticas ilícitas e um abrandamento dos próprios danos sociais e de saúde (DOMANICO, 2006).

Desta forma, a partir dos recortes necessários, podemos comprovar que essa juventude não é “uma banda numa propaganda de refrigerantes”, como cantava a banda Engenheiros do Hawaii para o setor da juventude de classe média. A juventude que estamos falando traz, historicamente, uma bagagem de exclusão, violência e estigmatização. Porém, a partir disso se construíram formas de resistência para encarar o mundo neoliberal que se abria sob nossas cabeças, como coletivos periféricos ligados à arte, e no nosso tema em específico, o movimento Hip Hop.



### **3 SAÚDE MENTAL: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DE ESTÁGIO**

Este capítulo irá abordar a organização institucional onde ocorreu nosso Estágio em Serviço Social, a Unidade Psiquiátrica do Hospital Casa de Saúde, Unidade 100.

Como produto resultante do Movimento de Reconceituação e importante instrumento do forjar identitário do profissional em formação, torna-se relevante observarmos que este é um instrumento que visa compreender criticamente o funcionamento institucional, o que não quer dizer que negamos ou negligenciamos as instituições. Muito pelo contrário. A Análise Institucional para o Serviço Social, como observa Bisneto (2007), “não é contra as instituições em si, e sim a favor de transformá-las processualmente para atender a um projeto político democrático e popular” (p.40). Dessa forma, compreendemos as instituições como produto histórico do desenvolvimento capitalista e em constante disputa entre os agentes que as dirigem, os trabalhadores e também os usuários.

#### **3.1 Unidade Psiquiátrica do Hospital Casa de Saúde**

O Hospital Casa de Saúde iniciou suas atividades em 24 de abril de 1932 para atender funcionários da Viação Férrea e seus familiares, já que a cidade se configurava como importante polo econômico e dinâmico da região. De acordo com Abreu (1962), sua primeira denominação era Casa de Saúde da Cooperativa, pois fazia parte da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, fundada em 1913 e chegando a ser a segunda maior cooperativa da América Latina. Segundo Foletto (2008), a Casa de Saúde cumpriu com seu papel de servir primeiramente à comunidade ferroviária, além da cooperativa também oferecer serviços educacionais.

Historicamente o hospital passou por diversas fases no que condiz com sua administração, captação de recursos e a oferta de serviços de saúde. Tais mudanças são reflexos das conjunturas política, social e econômica, pois desde sua fundação a instituição passou por períodos de fortalecimento da participação do Estado na promoção da saúde como também passou por momentos de privatizações e mercantilização da saúde, como nos governos militares e, posteriormente, os

governos neoliberais. No mesmo período em que se dissolveu a malha ferroviária com as privatizações, o hospital acompanhou o movimento de descenso perdendo espaço junto à comunidade, tendo suas portas fechadas em diversas ocasiões por falta de recursos.

Na última década, o hospital sofreu algumas reviravoltas no seu funcionamento, permanecendo fechado por longos períodos, como já observado. O Hospital de Caridade de Santa Maria e outras instituições, filantrópicas ou não, também já fizeram parte da sua administração e, no período do estágio, a partir de um convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Maria firmado no ano de 2010, o hospital estava sendo administrado pela Associação Franciscana de Assistência à Saúde - SEFAS, de natureza beneficente e sem fins lucrativos (REVISTA CASA DE SAÚDE, 2010). Junto à instituição se localiza a UPA – Unidade de Pronto Atendimento inaugurada em abril de 2012, com estrutura reformulada e tendo capacidade de atender até 500 pacientes por dia.

O Hospital Casa de Saúde é dividido em cinco unidades: cirúrgica, clínica obstétrica, pediátrica e psiquiátrica, chamada de Unidade 100, onde também funciona a desintoxicação de usuários internados por uso abusivo e/ou dependência de entorpecentes e onde realizamos o nosso estágio obrigatório em Serviço Social.

A Unidade 100 é composta por 29 leitos, sendo estes divididos entre a ala feminina, que abriga jovens, adultas e idosas, e também a ala masculina, onde abriga somente adolescentes e jovens de até 18 anos de idade. No período do estágio, a equipe era formada por uma assistente social, uma psicóloga, uma enfermeira e cerca de seis técnicos de enfermagem, sendo que por turno trabalham dois ou três técnicos, dependendo das escalas. Havia também estudantes de enfermagem e psicologia que fazem parte do Programa de Educação Pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), contribuindo muito para levar um olhar acadêmico e promovendo discussões com a equipe multiprofissional.

Fundada no ano de 2008 por ordem judicial em decorrência da necessidade de leitos para jovens usuários de drogas, o objeto de intervenção da Unidade 100, unidade exclusiva de internação psiquiátrica, são usuários internados por ordem judicial ou espontaneamente, que necessitam de atendimento psicossocial e terapêutico em decorrência de sofrimento psíquico, como dependência química e depressão. Até a terceira semana do mês de outubro de 2015, período da coleta de dados e elaboração e execução do projeto, a unidade contava com 10 jovens e

adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 e 17 anos e 13 internas do sexo feminino, com idade que variava dos 13 aos 56 anos. Quanto ao período de desintoxicação, os dependentes químicos permanecem por até 21 dias.

Quanto às condições estruturais, a Unidade 100 conta com 15 leitos masculinos divididos em seis quartos e 12 leitos femininos divididos em sete quartos. Cada ala conta com um espaço de ambiência<sup>8</sup>, sendo que suas refeições são feitas neste mesmo espaço. Os banheiros são coletivos, contendo um para cada ala, e para o lazer há um pátio externo com quadra de areia onde os usuários praticam esportes, bebem chimarrão e conversam durante certos períodos do dia. Neste espaço a convivência é mista e permite que haja integração.

O usuário da Unidade 100 é heterogêneo quanto à classificação da doença e à questão geracional, pois há internos com depressão, com distúrbios mentais graves e na condição de dependente químico, sendo estes principalmente jovens. Porém há consenso na questão de classe social: todos os usuários que estavam internados no período do estágio provêm de bairros pobres de Santa Maria e de cidades da região, com grande precariedade financeira e fragilidade de vínculos com o meio social, que de acordo com Castel (1998) esses usuários se configurariam como “desafiliados sociais”.

Os usuários recebiam visita de familiares uma vez por semana, porém grande parte não recebia visita de seus familiares mais próximos. Alguns jovens tinham seus pais ou irmãos em condição de privação de liberdade, e alguns idosos tinham filhos também nessa condição, manifestando-se na sua bagagem diversas expressões da questão social.

### **3.2 O Serviço Social na Unidade de Saúde Mental**

A Unidade 100 do Hospital Casa de Saúde existe desde o ano de 2008. Porém foi só no ano de 2010 que a Unidade passou a contar com profissional do Serviço Social, onde a supervisora de campo divide-se entre a Unidade 100 e a UPA, além de trabalhar em uma instituição educacional. Naquele período, os dias de

---

<sup>8</sup> Espaço entre a realização de grupos ou oficinas, onde os usuários podem desenvolver atividades de lazer, como ler jornais, assistir televisão, escutar músicas, conversar com os demais usuários e profissionais.

atendimento eram às quintas-feiras no período da tarde e nas sextas-feiras no período da manhã.

O Serviço Social atua no que se revela como expressões da Questão Social, como a vulnerabilidade social, violação de direitos, ruptura de vínculos familiares; violência física, psicológica e patrimonial, principalmente contra os idosos. Quanto aos jovens e adolescentes, na sua grande maioria são dependentes químicos, principalmente de crack.

Estes usuários, frente ao Serviço Social, trazem diversas demandas para serem atendidas como vínculos rompidos, necessidade de acompanhamento obstétrico para gestantes, encaminhamentos para serviços de saúde como serviço odontológico etc. Frente a isso, necessita-se que a assistente social abra a “caixa de ferramentas”, como diz Foucault, e faça uso dos instrumentais teórico-metodológicos e técnico-operativos da profissão para qualitativamente e de forma crítica intervir nessa realidade:

Compreender o significado social da profissão na sociedade capitalista é clarificar seus objetivos sociais, escolher crítica e adequadamente os meios éticos orientados por um Projeto Crítico implica que os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e comprometido com valores humanos (GUERRA, 2007, p.15).

Portanto, compreendermos o significado social da profissão nos leva para um movimento de assimilação do percurso histórico do Serviço Social, e assim poderemos fortalecer a consciência social da categoria. Para Martinelli (1989) “sem identidade de classe não há consciência de classe, pois ela pressupõe, como elemento fundante, a firme coesão em torno de interesses comuns, construídos coletivamente no calor do movimento de classes” (p. 62).

A assistente social da Unidade 100 faz o acolhimento do usuário, contata com serviços onde o usuário já passou e que após internação poderá acessar, como o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial<sup>9</sup>, elabora laudos e pareceres para encaminhamentos, faz uso de atendimento individual e grupal etc. Além dos CAPS e

---

<sup>9</sup> Regulamentado pela Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades de atendimento intensivo e diário aos portadores de sofrimento psíquico grave, constituindo uma alternativa ao modelo centrado no hospital psiquiátrico, caracterizado por internações de longa permanência e regime asilar. Os CAPS, ao contrário, permitem que os usuários permaneçam junto ao seu território.

outras instituições de Santa Maria, as redes que a Unidade aciona são bem amplas devido à heterogeneidade, principalmente geracional, dos usuários. Com isso há contato direto com os CAPS referenciados na 4ª Coordenadoria Regional de Saúde, além de contato com comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos.

Objetiva-se também que se garantam os direitos desses usuários, orientando-se no seu fazer profissional pelas diretrizes profissionais que regulamentam a profissão, tendo como sustentação os pilares ético-político contidos no Código de Ética de 1993. Para tal, é necessário que o profissional do Serviço Social, inserido em uma instituição, não compactue com a visão positivista que separa o profissional (pensar) do usuário (objeto) e atue de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH<sup>10</sup>, onde possa romper a barreira entre profissional e usuário através da transversalidade entre política social, programa e sujeito.

Esses programas e políticas progressistas na saúde mental, frutos de diversos processos que aconteceram a partir da Reforma Psiquiátrica que foi construída inicialmente pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia, iniciou-se no Brasil no final da década de 70 com a mobilização dos profissionais da saúde mental e dos familiares de pacientes com transtornos mentais. Esse movimento se inscreve no contexto de redemocratização do país e na mobilização político-social que ocorreu no período. Também fruto dos processos das reformas, há a presença da atuação interdisciplinar no fazer profissional do assistente social. Vale lembrar que em alguns campos da área da saúde ainda há resistência com esses tipos de abordagens, pois muitos profissionais veem a interdisciplinaridade contraposta à identidade profissional.

Assim, a atuação do assistente social não deve ser focada no acompanhamento físico-biológico, mas sim, no contexto geral que leva o sujeito a ser acompanhado neste serviço, repensando o modelo de atenção em Saúde Mental seguindo um viés desinstitucionalizante e voltado para a reinvenção do trabalho em saúde.

Para a atuação profissional obter resultados positivos, devemos tomar em conta, também, a saúde mental dos trabalhadores da saúde, pois muitas vezes

---

<sup>10</sup> Formulada e lançada pelo Ministério da Saúde em 2003, apresentada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2004, protagoniza propostas de mudança dos modelos de gestão e de atenção no cotidiano dos serviços de saúde, propondo-os indissociáveis. Como uma aposta política, busca sempre a potencialização da capacidade de criação do humano, em todos os processos de atuação e gestão.

estão submetidos às amarras institucionais, aos limites operativos e em problemas estruturais, como condições inadequadas para o exercício profissional, baixa remuneração juntamente de uma grande dedicação que é exigida do profissional, desgastando-se físico e mentalmente. Usando as palavras da assistente social, o “processo de trabalho é de acordo com o que a instituição delimita”, demonstrando uma limitação na sua narrativa em buscar formas alternativas de intervenção que busque romper os limites das exigências institucionais.

Mesmo considerando os avanços obtidos com a Reforma Psiquiátrica no atendimento aos usuários e os avanços nas condições de processos de trabalho das equipes multiprofissionais, bem como a flexibilização na rotina e na estrutura da instituição, devemos tomar a Unidade 100 como uma “instituição total”, no sentido empregado por Goffman (1975): “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”, além de abrigar usuários que estão excluídos do sistema produtivo. De certo modo, até algumas atividades terapêuticas contribuíam para essa compreensão, pois na maioria das vezes eram realizadas de acordo com métodos, critérios, orientações, tempo e espaço determinados de fora, criando uma ilusão de movimento.

Colocarmos um projeto em prática e obtermos certo sucesso na sua execução depende de múltiplos fatores a serem analisados, fatores estes que determinam a natureza do objeto que estamos imersos. Imersos no sentido de aproximação às leis que o regem, para melhor análise do mesmo e, posteriormente, formularmos um plano de ação. Diferentemente de nos aproximarmos ao ponto de confundi-lo com nossas trajetórias, obstruindo, desta forma, o necessário distanciamento da problemática a ser resolvida, quando a relação profissional-objeto se torna diluída ao ponto de não nos instrumentalizarmos da melhor maneira com os aportes teórico-metodológicos disponíveis.

Quando isso acontece no espaço sócio ocupacional, comprometemos também o sentido da ação, da intencionalidade, ou seja, o direcionamento ético-político que são os pilares valorativos que dá sentido programático e libertador para a garantia de direitos que a profissão está comprometida, como bem orienta nosso Código de Ética de 1993. Também, os espaços que ocupamos como estagiário não estão deslocados das contradições geradas pela organização da sociedade, pois

eles são, também, espaços onde se busca absorver algumas dessas contradições expressas na sociedade capitalista, como as expressões da questão social que na contemporaneidade ganha ênfase: a dependência química e a loucura.

Por fim, o exercício profissional, expressão material e concreta do processo de trabalho do assistente social, explicita a dimensão política da profissão e o reconhecimento da condição de sujeitos de direitos daqueles com os quais atuamos, tendo, por fim último, a sua emancipação social como sujeito e uma nova ordem societária.

## **4 O PROJETO DE INTERVENÇÃO**

O projeto de intervenção cumpre uma etapa determinante no processo de formação do estagiário de Serviço Social, pois possibilita a nós estudantes a reflexão do processo de trabalho no serviço no qual estamos inseridos através da atuação profissional. Através deste processo também é possível refletirmos sobre planejamento, possibilitando acompanharmos o desenvolvimento de todas as fases de sua intervenção, desde a análise conjuntural, que abarca a análise da instituição, bem como percebermos as demandas que se expressam no serviço, passando pela avaliação durante e após a fase de implementação do projeto. Discorreremos sobre as origens e ideias do movimento Hip Hop, bem como a demanda que surgiu no campo de estágio a partir dos usuários, que no período não tinham nenhuma forma que pudessem desenvolver suas capacidades de diálogo e reflexão, por exemplo.

### **4.1 O Rap Entra na Cena**

O Rap é um ritmo musical e parte constitutiva dos cinco elementos da cultura Hip Hop. Segundo SILVA (2012, p.17), “o movimento Hip Hop é uma cultura de rua que se divide pelos seus sujeitos históricos, os chamados elementos da cultura: o MC (Mestre de Cerimônia), o DJ (Disc Jockey, piloto de disco), o grafiteiro (artista plástico) e o b-boy (dançarino)”. É peça da síntese formada a partir da resistência de jovens dos cinturões periféricos de Nova Iorque frente ao avanço neoliberal a partir dos anos 70 do século passado, avanço este que propagou o desemprego estrutural, informalidade, criminalidade e a fome, além do combate à opressão exercida pelo racismo.

Por isso é fruto de um movimento histórico de resistência que vêm desde os Panteras Negras nos Estados Unidos na luta por direitos civis até a incorporação dos principais valores desta nova cultura no Brasil, sendo adaptada para as singularidades de cada gueto do país, tendo como precursores jovens da periferia de São Paulo que também sofriam diversos tipos de violência no período da década de 1980, com esquadrões da morte formados por milícias militares.



O Hip Hop no Brasil define-se como um movimento que se traduz numa determinada forma de organização política, social e cultural da juventude negra. Esse movimento caracteriza-se pela exclusão social do negro e pela ideologia inspirada na autovalorização de suas origens africanas, negando a violência e a marginalidade, conforme os ideais de grupos como os Racionais MC's (CONTIER, 2005).

Com a evolução do movimento, passou-se a considerar também um quinto elemento, que é a conscientização, que compreende principalmente a valorização da ascendência étnica negra, o conhecimento histórico da luta dos negros e de sua herança cultural, o combate ao preconceito racial, a recusa em aparecer na grande mídia e o menosprezo por valores como a ganância, a fama e o sucesso fácil (ZENI, 2004).

Em 2014, os Racionais MC's chegaram aos 25 anos de carreira consolidados como o maior grupo de rap do Brasil. Sucesso de público e crítica, o grupo de São Paulo fez seu nome no hip hop nacional tendo como atributo marcante o contorno político das suas letras. Levando a sério o chamado "quinto elemento" da cultura hip hop, a "consciência" (os outros quatro são o grafite, o DJ, o MC e a dança Break), Mano Brown, DJ KL Jay, Edi Rock e Ice Blue construíram uma estética musical que serviu de alicerce para a produção de um discurso poético e político pouco cordial, combativo em relação ao racismo e distante das conciliações características da cultura política brasileira. Articulada a esse discurso de combate ao "sistema", nasceu uma poesia que afirmou a autoestima dos negros da periferia urbana contemporânea do Brasil (MENDES, 2015, p.58).

Através de uma linguagem simples e direta, o Rap tem a capacidade de atingir o ouvinte não apenas estimulando o imaginário, mas vai além ao narrar fielmente a realidade da periferia, configurando-se como uma poesia do concreto, que coloca a dura realidade da periferia para além do território, buscando culpabilizar não o sujeito, mas o *sistema* que gera tudo isso, como observa Silva:

Embora discorde frontalmente da estratégia do ladrão, que busca ascensão social individual sem lutar pela mudança do sistema, o MC poupa-o em seu discurso mais direto, sem condená-lo a partir de algum preceito moralista. Mesmo o bandido sem "proceder", como o "nóia", um viciado em crack que põe a busca pela droga acima de qualquer outro valor e é alvo da crítica do rapper, não aparece nos raps como um inimigo principal, mas como uma consequência do sistema (2012, p. 116).

Desta forma, podemos afirmar que o Rap é um forte agente pedagógico, pois possibilita romper com a simples revolta de um jovem pobre e evoluir para a

rebeldia, quando este passa a tomar consciência do seu papel no modo de produção capitalista. A incorporação dos valores éticos e estéticos do Hip Hop possibilita ao jovem ter uma disciplina, não disciplina no sentido policalesco, formal. Mas uma disciplina que o coloque na condição de sujeito, que possibilite dar sentido à sua existência e que tenha esses valores como um compromisso de vida. Assim sendo, o Hip Hop cria um campo fértil para o aparecimento de uma politização da vida cotidiana, se apresentando como uma ética de resistência dos adeptos do movimento. Desta maneira, a música e a cultura funcionam também como gatilhos para a “luta” numa esfera micropolítica (TAKEUTI, 2010). Com essa dimensão micropolítica, o quinto elemento do Hip Hop, que é a consciência, sustenta todos os outros e reforça a dimensão macropolítica do movimento.

Portanto, as diversas formas de expressão que a cultura Hip Hop manifesta acontecem a partir da assimilação consciente do seu lugar socioespacial, e essa mesma consciência é afirmada e construída cotidianamente a partir do seu agir, da sua atitude frente a realidade, transformando o modus da identidade como indivíduo para um salto qualitativo no que condiz com a classe social, num movimento que avança do particular para o universal.

#### **4.2 O projeto de Intervenção “O Rap é Compromisso”**

A complexidade do processo de trabalho na Saúde Mental tem relação com fatores do caráter da instituição, de sua gestão, e de como se organiza a equipe multiprofissional e sua relação com as redes de apoio. Porém, um dos fatores que mais dificultavam a formulação e implementação do projeto com um sentido programático era o caráter transitório dos sujeitos que passavam pela Unidade 100. O período que em média os usuários ficavam internados era de 21 dias, o tempo “necessário” para o tratamento a base de fortes remédios.

No espaço de intervenção a assistente social nos orientava inicialmente a conversarmos com alguns jovens em tratamento de dependência química, possibilitando que se expressassem com mais facilidade pela questão geracional, já que eram jovens como eu, e assim expressavam angústias, os (poucos) vínculos que ainda restavam, a exposição às várias formas de violência que encontravam nas ruas, suas vontades e as percepções que tinham da instituição.

Numa das diversas conversas durante o acompanhamento que tivemos com os usuários, alguns relatos nos chamavam a atenção pelas situações extremamente complexas. Um exemplo foi de uma jovem, que estava internada na Unidade muito mais para preservar sua vida do que para cumprir o período de desintoxicação. Ela contou que se relacionava com um senhor de idade mais avançada, e que este senhor provia ela e seus amigos com alimentos, bebidas e roupas. Ao passar do tempo, houve um desentendimento entre eles e o senhor, até que decidiram furtar alguns bens materiais dele. A jovem, para abonar parte da pena que pensava cumprir, delatou seus amigos para a polícia, e os mesmos começaram a ameaçá-la de morte, inclusive desferindo pedradas na casa de sua família. Então, por medida protetiva, a jovem foi internada na Unidade. Destarte para a forma leve e sagaz que a mesma narrava a história, como se fosse um grande enredo de algum livro de Bukowski escrito nos subsolos das periferias norte-americanas.

Outra história narrada de forma um tanto alegórica pela inusitada circunstância que aconteceu, foi com um usuário que era dependente de cocaína. O jovem relatava diversos “corres” que já tinha feito, seu apadrinhamento por traficantes de uma famosa facção de Porto Alegre que já se estendeu até Santa Maria e a forma com que se deu sua entrada no grupo: tinha assassinado em um assalto, junto com outros amigos, um policial militar à paisana. No mundo do crime, assassinar um policial é tido como um troféu, e esses jovens adquirem certa moral frente aos líderes, um certo tipo de capital social do crime. Mas a história que ele fazia questão de narrar com mais detalhes e desenvoltura foi a de um método de furto que ele e seus amigos costumavam praticar: o roubo a apartamentos escalando a sacada do prédio. Então, em uma circunstância, ele e seu amigo adentraram em um apartamento no centro de Santa Maria, até que, ao adentrar, se depararam com um casal transando. No meio da volúpia e gemidos intensos que acontecia no quarto, eles aproveitaram para “fazer a limpa”, podendo levar aparelhos eletrônicos como computador portátil e telefones celulares.

Também houve um caso parecido com o início da trajetória do filme citado aqui, Bicho de Sete Cabeças. Um jovem estudante do Ensino Médio em Santa Maria gostava de tocar o seu violão antes de dormir, trancado em seu quarto. Nesse momento lúdico, ele aproveitava para fazer uso de maconha, pois, segundo ele, o deixava relaxado dos dias tensos e o efeito da droga contribuía para dormir. Quando seus pais descobriram, o internaram na Unidade, com o retrógrado pensamento do

senso comum de que a maconha seria a porta de entrada para outras drogas, além de classificarem ela como “coisa de vagabundo”. O jovem permaneceu as três semanas internado, e diferentemente dos desdobramentos do personagem protagonista do filme, ele assimilou bem o espaço, principalmente porque podia fazer uso de seu instrumento. Inclusive, isso trouxe alguns dias de alegria para todos os usuários e usuárias que compartilhavam as horas de lazer no pátio, pois a Unidade, naquele período, não oferecia atividades lúdicas a eles.

Quando surgiam assuntos relevantes para o conhecimento da assistente social e que serviriam para contribuir com o processo, como os vínculos que tinham ou queixas de violência que demonstravam o grau de vulnerabilidade do usuário, relatávamos para ela e assim possibilitava-se um maior acúmulo para a compreensão da vida do usuário. O interessante é que esses momentos permitiam que identificássemos algumas categorias teóricas do nosso método, como a mediação e historicidade, que nos faz ver o usuário como um sujeito que faz parte de uma construção cultural e social determinada pela estrutura macroeconômica em que vivemos.

Quanto aos usuários e as expressões da Questão Social, muito antes de ele ser um agente potencializador de uma expressão, ele sofreu as mazelas em seu micro espaço social como a família, escola e comunidade. A categoria cotidiano também foi de suma importância para a compreensão da realidade do usuário, pois nos possibilitou enxergar detalhes do real que somente uma observação macro não contemplava, bem como a observação “acostumada” do profissional deixa passar em muitas oportunidades, pois muitas vezes o que parecia ser uma rotina de vida do usuário poderia encobrir uma realidade fetichizada, já que nós, inseridos na dinâmica capitalista, também sentimos as reproduções da vida social, pois de acordo com Martinelli (1989), devemos “compreender o real significado da profissão na sociedade do capital e sua participação no processo de reprodução das relações sociais” (p. 5).

Sendo assim, nós, como trabalhadores em formação, não podemos estar distante ou alheios do tempo e do espaço, pois estaremos nos alienando dos processos de representação que o usuário traz e tomamos aquilo como fonte primeira de uma análise, como ocorria com a fenomenologia e as correntes existencialistas.

Agnes Heller (1989), autora que contribui para o desenvolvimento da categoria cotidiano observava que o singular, que é parte constitutiva da totalidade, é a forma como o universal aparece imediatamente aos olhos dos sujeitos na esfera da vida cotidiana. Sendo assim, é claro que não desconsideremos as representações imediatas dos usuários, mas esta mesma imediaticidade devemos tomar como o primeiro passo para a compreensão de um fenômeno na sua totalidade.

Havia uma taxa relativamente alta de retorno dos usuários à Unidade, principalmente quando o caso da internação era a dependência química. Os jovens que se encontravam nessa condição já tinham certa trajetória pelas instituições, configurando certa institucionalização, sendo que, ao completar 18 anos, este usuário poderia acabar acessando outras instituições da rede. Desta forma, devem ser fortalecidos os vínculos institucionais, pois muitas vezes há uma falta de diálogo com outras instituições que fazem parte da rede de atenção ao usuário. Um exemplo é um adolescente que precisava de uma vaga em uma instituição que atende crianças e adolescentes em vulnerabilidade, sendo muito difícil para a minha supervisora de campo convencer a atendente de receber tal encaminhamento. Tais problemas dialogam também com a nossa concepção de humanização, pois devemos tomá-la em dois vieses: um que condiz com o viés ético-político da profissão e a garantia de direitos, outro no que condiz com a revisão e operacionalização de concepções sobre gestão (CASATE e CORREA, 2005).

Inicialmente, procuramos os jovens internos para explicarmos a proposta que ainda estava em formação, a fim de que os mesmos contribuíssem com propostas referentes à temática. Neste processo, buscamos considerar que os jovens que estavam internados no período de formulação do projeto, muito provavelmente, não seriam os jovens que estariam no período de execução do projeto, devido à alta rotatividade dos usuários na Unidade de Saúde Mental. Por fim, apresentamos a proposta à supervisora de campo, que após breve síntese sobre os objetivos do projeto e sobre a temática, aceitou a proposta.

A flutuação dos usuários pela instituição acarretou em algumas dificuldades na execução do projeto, pois logo avaliamos que se fizéssemos oficinas com um tempo além de uma hora não teríamos sucesso. Isso acontecia porque os usuários se encontravam muito dispersos, sem conseguirem manter uma relativa concentração devido às medicações que alteram seu humor, o que é extremamente

compreensível, sendo que eles queriam desfrutar das poucas horas de lazer no pátio, onde podem se integrar com usuárias, tomar chimarrão e praticar alguns esportes.

Diante disso, optamos por inserções de vídeos curtos, como videoclipe e entrevistas com personalidades do mundo do Hip Hop, precedendo de uma breve contextualização sobre o vídeo a ser reproduzido e, após as execuções, proporcionou-se discutir sobre a temática e suas relações com suas vidas.

Assimilamos rapidamente que o uso de filmes ou documentários longos potencializavam sintomas de ansiedade e dispersão, devido ao longo período em que os jovens deveriam se dedicar a acompanhar longas cenas e diálogos. Avaliamos e propomos a eles que as oficinas passassem a ser somente com videoclipes de Rap, e eles poderiam sugerir alguns temas para as oficinas seguintes. Esta metodologia obteve êxito, pois podemos explorar diversas temáticas contidas com videoclipes de curta duração.

Temas como drogas, ostentação, liberdade, superação, dentre outros, foram abordados e discutidos com os usuários. Também discutimos acerca da superação e transformação das condições da vida, visto que estes cantores, hoje ídolos dos usuários, trilharam um caminho de superação e encontraram no movimento Hip Hop e na mensagem do Rap o caminho para sair do universo que envolve as drogas e o crime.

Também foram promovidas discussões acerca das temáticas dos videoclipes, relacionando-as com os problemas que a periferia e seus moradores sofrem, como a questão da mobilidade urbana para terem acesso às outras áreas da cidade que oferecem espaços de lazer, cultura, trabalho, aprofundando também para questões mais amplas, como o direito à cidade que permeia essa questão. Diante disso, podemos pensar como essa juventude acessa os espaços de cultura e lazer? Como faz para se deslocar da sua zona territorial até o trabalho que se localiza em outro extremo da cidade? E as políticas públicas para a juventude, como seu elaboradas, e se são, com qual concepção?

Assim podemos compreender que a saúde perpassa por uma articulação de outras políticas públicas e sociais para a juventude, potencializando a construção de um horizonte que busque autonomia e emancipação social, e que aquele grupo se enxergasse como uma unidade que tem a mesma origem, a mesma classe e a mesma realidade, visto que muitos desses jovens também estão expostos à

violência entre gangues e bondes por disputa territorial, onde acabam se dividindo cada vez mais.

Ressaltamos que a busca por unidade entre eles condiz com o sentimento de pertencimento a um segmento, a uma classe, ou seja, a uma condição socialmente determinada, e que isto não exclui a individualidade de cada um, pois buscamos a “função social da arte na sua ligação com o papel psicológico de cada indivíduo” (KONDER 2013, p.99).

Enfim, uma unidade na diversidade, como cantava em vida e que hoje sua poesia está viva nas ruas de Santa Maria-RS, MC Magrão: “se a gente tiver um do lado do outro, a gente consegue vencer o jogo”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu acredito é na rapaziada  
Que segue em frente e segura o rojão  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
Que não foge da fera, enfrenta o leão  
Eu vou à luta com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada  
Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada  
(Gonzaguinha)

O *ser* assistente social está fundado nas bases ontológicas do movimento e da compreensão do real, ou seja, tendo centralidade no trabalho. A compreensão teleológica dos processos de trabalho nos permite ir além de uma intervenção pontual, mas sim agirmos programaticamente, lutando intransigentemente pela defesa dos direitos humanos, pela liberdade e democracia aos/com os sujeitos usuários dos serviços, tendo como horizonte uma nova ordem societária.

O processo de construção desse TCC permitiu que pudéssemos repensar nossos preconceitos e reafirmar nosso compromisso com a população usuária, no caso, os jovens em tratamento na Unidade de Saúde Mental, e articular arte e Serviço Social como estratégia de intervenção junto a essa população.

Avaliar-nos constantemente é um dos fatores determinantes para a continuidade de qualquer processo na vida. Com uma vida cada vez mais pragmática, diante das complexas relações sociais que o capitalismo contemporâneo nos impõe, somado a seus meios de alienação, nos vemos compelidos a pensarmos apenas o presente para construirmos soluções em futuros imediatos. Somando a isso, foi uma batalha interna conseguirmos dar conta desse processo tão importante de forma responsável, afim de buscarmos construir uma síntese de todo o processo formativo em Serviço Social. Problemas de ordem subjetiva, familiar e conjuntural do país dificultaram de forma significativa a construção desse TCC.

É então que entra o papel da família, dos amigos e, principalmente, do educador, pois o educador deve estar atento a todas as nuances que conformam a vida do estudante e iluminá-lo para que consiga realizar as tarefas sem se consumir como um aluno, desprovido da luz que deve nos guiar. Por isso reconhecerei por toda minha vida o esforço da orientadora, que além de uma professora no sentido



formal de professar as tarefas que eu devia seguir, soube também educar meus sentidos e angústias na qual estavam atravancando meu caminho nesse processo de conclusão desta etapa na minha ainda breve, mas intensa vida. Pois, o que nos diferencia dos outros animais é que somos dotados da capacidade de consciência, e isso consiste em estarmos em constante avaliação dos caminhos que tomamos, a fim de, autocriticamente, superarmos os fatores que nos impediam até então de avançarmos nos processos da vida social e particular. Assim a história se faz.

O antropólogo brasileiro Gilberto Velho (2003), em estudo sobre desvio e divergência, diz que a sociedade precisa de desviantes para demarcar a sua normalidade. Assim, esses “loucos” são expressões das práticas que a sociedade cria e não quer incorporar, pois os internando permanecem como modelos invertidos e negativos a serem seguidos, pois estão “fora do trilho”, do “caminho certo”.

Foucault (2012) denomina esse processo de “ofensiva de moralização”, ao explicar que já no século XIX havia campanhas de cristianização de operários dizendo que, quanto ao povo, devia-se estar “separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios” (p. 218). Portanto, a sociedade os constrói e abandona. Servem como parâmetros invertidos. Os jovens da Unidade 100, alguns relegados pela família, outros nunca chegaram a possuir uma. Desprovidos da “razão” normativa, os transformam em síntese da improdutividade, pecado capital do capitalismo, vivendo todos na miséria existencial, material e afetiva.

Esperamos devolver da melhor forma para a sociedade a formação que tivemos, pois em época de desvalorização das relações sociais em detrimento das relações econômicas, da naturalização das desigualdades sociais e muitas outras expressões do modo de produção que estamos inseridos, vejamos que cada um, organizadamente, deve tomar partido frente a essas mazelas e lutar pela defesa e expansão de direitos, numa perspectiva programática na busca por uma nova sociedade, sem exploração e dominação do homem pelo homem.

Por fim, uma síntese poética de minha autoria que narra uma das experiências com um usuário que me marcou profundamente durante o processo de estágio na Unidade psiquiátrica do Hospital Casa de Saúde, fazendo relação com a droga que o adolescente era dependente, sua condição real de adolescente, e suas formas de representação estética de afirmação de identidade, que é o rosto tatuado

com lágrimas, prática comum entre os jovens que fazem parte de grupos marginalizados socialmente.

Pequeno grande porte de valente  
Lágrimas tatuadas no alvo semblante  
Chorando como a criança que ainda é  
Lágrimas da dor, lágrimas de dor  
Lágrimas com e sem cor  
Confundem-se fluindo pelo rosto  
Como sua vida sem gosto  
No meio-fio, joelhos no queixo, por um fio  
Olhos úmidos, mas ainda secos  
Não enxerga saída para romper a linha  
13 anos, idade do azar  
Sua condição no mundo?  
Sobreviver para a vida não matar  
(Lágrimas de Braian – Rodson O. Casanova).

Contudo, o grande desafio a que o assistente social se coloca cotidianamente é enxergar e propor saída para romper a linha da desesperança a que os jovens, como o do poema Lágrimas de Braian encontram-se. Por isso é mister irmos à luta com essa juventude e construirmos juntos o amanhã desejado.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Helena W. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In: ABRAMO, ET AL (org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luis C. G. **Juventude, Juventudes Pelos Outros e Por Elas Mesmas**. In: Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas, VI. Lisboa, 2008.

ABREU, Pacheco José de. **Guia Geral do Município de Santa Maria**. Porto Alegre: 1962.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Algumas Reflexões Sobre o Sistema de Garantia de Direitos**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, jan./mar. 2012.

BASAGLIA, Franco. **A Psiquiatria Alternativa**: contra o pessimismo da razão e o otimismo da prática. Conferências no Brasil. São Paulo: Monsanto, 1982.

BISNETO, José Augusto. **Serviço social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2011.

BODANZKY, Laís. **Bicho de Sete Cabeças** (DVD). Brasil: Columbia TriStar, RioFilme, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **“A Juventude é Apenas uma Palavra”** in Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada, 1983.

BRASIL - **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à saúde. *Legislação em Saúde Mental*. 5. ed. ampl. Brasília: 1990-2004.

BRASIL - **Política Nacional de Promoção de Saúde**. Brasília, 2006.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2011. 7ª Ed.

CASATE, J. C. e CORREA, A. K. **Humanização do Atendimento em Saúde**: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem. vol.13, nº 1, Jan/fev, 2005.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CÓDIGO DE ÉTICA Profissional do Assistente social. **Resolução CFESS Nº 273** de 13/03/1993.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **O Rap Brasileiro e os Racionais MC's**. In Simpósio Internacional do Adolescente. São Paulo, 2005.

DIAS, Míriam. **Saúde Mental**: é possível uma política pública, coletiva, integral e de cidadania. Revista de Divulgação em Saúde para Debate – Efetivando o SUS com descentralização e o controle social. Rio de Janeiro: Fiocruz, dez. 2001.

DOMANICO, Andrea. **“Craqueiros e Cracados: Bem Vindo ao Mundo dos Nóias!”** - Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2006.

FLEURY, S. (Org). **Saúde e democracia. A luta do Cebes**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

FOLETTTO, Vani Terezinha [et al.]. **Apontamentos Sobre a História da Arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico**: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Maria E. A. **Do Samba ao Rap**: a música negra no Brasil. IFCH/UNICAMP. Campinas, 2009.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la Vida Cotidiana**. Buenos Aires: Ed. Península, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar.** Brasília, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Jovem no Brasil: a dimensão demográfica.** Brasília, 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2017.** Rio de Janeiro, 2010.

KEHL, Maria R. **A Juventude Como Sintoma da Cultura.** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.* 2. Ed. São Paulo: Ed. Fundação Percecu Abramo, 2007.

KONDER, Leandro. **Os Marxistas e a Arte.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINELLI, Maria. L. **Serviço Social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **O Método da Economia Política** In. *Introdução À Crítica da Economia Política.* Ed. Bilíngüe, Dietz Verlag Berlin, 1969.

MARX, K; ENGELS, F. **Primeiro Capítulo de “A ideologia alemã”.** In *Obras Escolhidas.* Vol. 1. Moscou: Progresso, 1982.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea: capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1: Crise contemporânea.** Brasília: CEAD, 1999.

REVISTA CASA DE SAÚDE - Edição 1, Ano 1: Santa Maria, 2010.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação Não-violenta.** São Paulo: Ed. Ágora, 2006.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE - **Conselho, Programa, Legislação.** Brasília, 2013.

SENAD - **Perfil dos Usuários de Crack e/ou Similares no Brasil**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2013.

SILVA, Adriano B. da. **Palavra de Mano**: luta de classe e tensão racial na palavra dos manos. São Paulo: Ed. Página 13, 2012.

SOARES, Luis E. **Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. 2. Ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

TAKEUTI, Norma Missae. **Refazendo a Margem Pela Arte e Política**. Nômade, v.32, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo M. (Org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade**: o exemplo da saúde mental. In. ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008.

VASQUEZ, Adolfo S. **As Ideias Estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

ZENI, Bruno. **O Negro Drama do Rap**: entre a lei do cão e a lei da selva. São Paulo: ESTUDOS AVANÇADOS, 2004.

## **REFERÊNCIAS MUSICAIS:**

CHARLIE BROWN JR. **Não é sério**. Nadando com os tubarões. São Paulo: Virgin, 2000.

CRIOLO. **Lion man**. Nó na orelha. São Paulo: Oloko Records, 2011.

ENGENHEIROS DO HAWAII. **Terra de gigantes**. A revolta dos Dândis. Rio de Janeiro: RCA, 1987.

GONZAGUINHA. **E vamos à luta**. De volta ao começo. EMI-Odeon Brasil, 1980.

RACIONAIS MC'S. **Voz ativa**. Escolha o seu caminho. São Paulo: RDS Fonográfica, 1992.

RODRIGO OGI. **Redenção**. Pé no chão. São Paulo, 2017.